

VII CINCCI

VII Colóquio internacional
sobre Comércio e Cidade

Fortaleza, 03 a 07 de Novembro de 2020

A Tematização do Cotidiano no Centro Histórico de São Luís - MA.

Disneyfication of Everyday Life in The Historic Center of São Luís – MA

Disneyficación de la Vida Cotidiana en el Centro Histórico de São Luís – MA

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Campos de. Mestrando em Ciências da Cidade.
Universidade de Fortaleza
carlos_zeca@hotmail.com

FURTADO, Lara Sucupira. Phd em Planejamento Regional. Universidade de
Massachusetts
larasfur@gmail.com

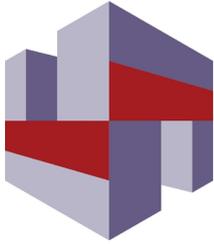
BARROSO, Fernanda Ferreira. Graduanda em Arquitetura e Urbanismo.
Universidade Dom Bosco
ferarch.undb@gmail.com

Resumo

Discutimos aqui a contrariedade proporcionada pelas intervenções urbanas no centro histórico de São Luís e como contrastam com o seu título de patrimônio mundial da UNESCO. A análise centra-se nos impactos que essas políticas trazem para a população de baixa-renda do centro histórico devido a uma estratégia que direciona a preservação do patrimônio histórico cultural para incentivo turístico e para consumidores externos. Como consequência, moradores são obrigados a vivenciarem uma realidade cotidiana completamente diversa da sua, onde os preços e os contextos ao qual se inserem não foi o que eles ajudaram a construir durante tantos anos.

Palavras-chave: Patrimônio. Tematização. Gentrificação. Centro histórico.

Abstract



VII CINCCI

VII Colóquio internacional
sobre Comércio e Cidade

Fortaleza, 03 a 07 de Novembro de 2020

We discuss the urban interventions in the historic center of São Luís and how they contrast with its title of UNESCO World Heritage. The analysis focuses on how these policies impact the low-income population of the historic center due to a strategy that context and budget completely different from the one to which they belong and is no longer what they helped build for so many years.

Keywords: *Heritage. Gentrification. Thematization. Historic centers.*

Resumen

Discutimos aquí la contradicción causada por las intervenciones urbanas en el centro histórico de São Luís y cómo contrastan con su título de Patrimonio Mundial de la UNESCO. El análisis se centra en los impactos que estas políticas traen a la población de bajos ingresos del centro histórico debido a una estrategia que dirige la preservación del patrimonio cultural histórico para los incentivos turísticos y para los consumidores externos. Como consecuencia, los residentes se ven obligados a experimentar una realidad diaria completamente diferente de la suya, donde los precios y los contextos a los que pertenecen no fueron lo que ayudaron a construir durante tantos años.

Palabras-clave: *Patrimonio. Tematización. Gentrificación. Centro histórico.*

1 Introdução

As intervenções urbanas se proliferaram remodelando bairros e centros urbanos históricos com a justificativa de recuperar áreas deterioradas para atrair atividades turísticas e promover o desenvolvimento econômico. Obras arquitetônicas e projetos urbanísticos têm papel importante na apropriação de espaços urbanos para criação de novos marcos turísticos que muitas vezes apresentam uma proposta destoante do contexto histórico-social existente.

Essas intervenções obtêm apoio populacional pela promessa de geração de emprego e renda. No entanto, esse desenvolvimento vem juntamente com a elaboração de uma imagem de cidade que deverá ser consumida cotidianamente e predatoriamente por inúmeros turistas (CARVALHO, 1996). Em centros históricos, essa justificativa é empregada como uma forma de preservar os bens materiais e imateriais de espaços considerados patrimônio histórico. No entanto, o resultado dessa requalificação surge como novos espaços que funcionam como objetos acessórios atraentes para o turista, mas desprovidos de relação com os moradores. A “higienização do espaço” culmina em um processo de gentrificação na medida em que intervém em uma determinada realidade e a elitiza (PAIVA, 2014; WAISMAN, 2013).

Essa mudança de paradigma no território cria espaços artificiais distantes daquilo que a população local necessita, levando a uma dicotomia entre moradores e turistas que gera aumento de custos, além de opções artificiais de lazer, cultura e diversão que não são consumidos por moradores locais (CARVALHO, 1996).

Diante desta problematização, este artigo tem como objetivo discutir e analisar o papel do turismo e a relação com a cidade de São Luís (edifícios, projetos de requalificação urbana e marcos arquitetônicos) e a criação de uma imagem turística da cidade, priorizando turistas, que em suas buscas por experiências, “trituras as identidades bem sucedidas transformando-as em poeira insignificante” (KOOLHAAS, 2019 p.32). Assim, buscamos discutir as contradições presentes em grandes projetos urbanos desenvolvidos para o Centro Histórico de São Luís e sua relação com a transformação da cidade em um parque temático à serviço do turismo, especialmente desde sua inclusão como Patrimônio Mundial da UNESCO.

1.1. *O crescimento urbano na condição pós-moderna: a cidade espetáculo*

A cultura do capital que se expressa claramente a partir da década de 70 traz consigo um novo paradigma de cidade pós-moderna. Nele, a energia utópica da industrialização, do homem produtivo e do urbanismo planejado para a produção social da cidade se esgota juntamente com o papel centralizador do Estado de Bem Estar Social e a identidade nacional (ARANTES, 1998). Os sistemas globais financeiros e o avanço das tecnologias de comunicação e digitais diminuem barreiras e facilitam a troca de culturas e práticas urbanas entre nações que buscam se desenvolver para agradar a nova *sociedade hipertexto*, como descrita por Ascher (2013). Nessa sociedade, infraestruturas públicas de viés social "fazem parte de uma agenda anti-espetacular da arquitetura, um programa de necessidades que

ainda não foram plenamente atendidas – no centro, se degradam progressivamente e, na periferia, mal foram enfrentadas (ARANTES, 2010. p.3)".

Nas novas estratégias de desenvolvimento urbano pós-modernas, as cidades tendem a renegar a sua identidade, simplificando-se sob a alcunha de cidade multicultural (KOOLHAAS, 2009). A arquitetura tem papel primordial nesse processo ao idealizar edifícios midiáticos valorizados por sua complexidade construtiva, diversidade de materiais e potencial como ícones fotográficos. Esse efeito que a arquitetura produz no âmbito espacial urbano faz parte de um movimento internacional que visa promover uma imagem superficial da cidade que destaca seu potencial global (ARANTES, 2010).

A revitalização urbana nada mais é que uma repaginação do exterior de áreas não-atraentes que escancaram as falhas sistêmicas urbanas. Esse 're-branding' ocorre como uma estratégia de marketing que alucina o olhar do visitante e o cega para as desigualdades que permeiam. Essas intervenções ocorrem à revelia dos moradores, geralmente manipulados, onde ocorre a falsa promessa de crescimento econômico e melhoria de vida para a população do local (ARNSTEIN, 1969). O que acontece é a expulsão dos moradores devido ao aumento do custo de vida, levando-os a se abrigar no entorno da área tombada ou em comunidades periféricas sem infraestrutura (ZUKIN, 2000).

A consequência dessa alternativa é que a lógica do consumo reforça a relação da cidade com o turismo e os ícones arquitetônicos urbanos para criar uma imagem benéfica aos interesses econômicos e políticos de uma parcela mínima da população. O consumo, em especial, se torna prioridade e acaba por direcionar as políticas de planejamento urbano rumo a *disneyficação* do espaço urbano e da arquitetura, caminhando em direção à espetacularização do cotidiano e à tematização da cidade.

A atividade humana é vista como geradora de produtos sempre em constante transformação como arte, história, cultura, fluxos, espaços. Estes produtos resultam da ação coletiva de grupos sociais motivados a reivindicar seus direitos à cidade em contraponto a forças que prezam pela privatização do espaço público (ROLNIK, 2000). A ideia de uma cidade que nunca para é utilizada como propaganda. Esse modelo de cidade replica-se: genérica, sem identidade, sem memória ou história (KOOLHAAS, 2009).

1.2. O centro histórico desconexo e dizneyficado

A efervescência da vida urbana, é resultado das relações interpessoais que pela construção das relações gera aglomeração espacial (CLARK, 2003). O "centro histórico" é o primeiro exemplo dessa aglomeração, resultado das relações interpessoais desenvolvidas na cidade, que tem perdido suas funcionalidades e características identitárias. O que se nota é que, na medida em que as cidades se expandem ao redor dos centros, ele também aumenta de tamanho e,

consequentemente, começa a ter a sua “força e autoridade” diluída (KOOLHAS, 2019 p.33).

Um centro histórico deveria ser aproveitado por seu potencial transmissor de valores e ensinamentos, responsáveis por ser ponte entre o presente e o passado, dotados de dinamicidade e estaticidade (MEIRA, 2004). No entanto, com a deterioração da sua influência, o centro histórico se reduz a um alvo passivo que sofrerá revitalização como forma de construir novas paisagens com intuito meramente econômico (ZUKIN, 2000). As intervenções urbanas têm buscado embelezar os centros históricos por meio de políticas públicas, enxergando o centro como um equipamento cultural. O Estado se torna o grande financiador dessas políticas, como uma tentativa de inserir aquele espaço urbano dentro do mercado de turismo global, desencadeando uma série de consequências ainda imprevisíveis (SILVA, 2008).

Como torna-se difícil conciliar expansão econômica e modernidade com a historicidade do espaço, recorrem-se a soluções caricatas. Essa alternativa visa tornar a cidade um local de atração turística, pronta para satisfazer os caprichos de turistas, como é o caso de Recife (PE) com o shopping Paço Alfândega e o T Fondaco dei Tedeschi na cidade de Veneza na Itália. Esses dois extremos histórico-culturais são unidos por uma solução pasteurizada que cria cidades similares em diversas partes do mundo.

O mesmo processo de gentrificação ocorre em diversas cidades brasileiras, algumas exemplificadas aqui. Em Salvador, na década de 60, diversas atividades que ocorriam no pelourinho são transferidas para outros pontos da cidade, o que levou a marginalização do centro histórico. Com o reconhecimento da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) da importância da preservação das edificações em barroco português o Estado começa a solicitar direitos de propriedade sobre os edifícios tombados e inicia o processo de higienização do espaço. Os casarões que antes serviam de moradia são transformados em restaurantes, lojas de souvenirs, galerias de arte, bares (SILVA, 2008 p.87). Do total de imóveis no centro histórico de Salvador, 64,8% foram convertidos em comercial e apenas 16% foram mantidos para uso residencial (NOBRE, 2003).

Em Recife, o centro histórico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN sob a justificativa de uma rica diversidade de estilos arquitetônicos e retrato da identidade dos recifense. (SILVA, 2008 p.89). No entanto, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR), levou a gentrificação e descaracterização do patrimônio que fica a serviço da especulação imobiliária. Os casarões que antes serviam como local de moradia são modificados para receber restaurantes, bares e casas de espetáculo (LEITE, 2007). Ocorre assim, a especulação do espaço e a mercantilização da cultura, sob o pretexto do desenvolvimento urbano. Os investimentos nesses empreendimentos atendem os interesses privados e dos Estados, mas esses não dimensionam os impactos que causam no cotidiano dessas pessoas (HARVEY, 2012).

2. Metodologia

Esse artigo identifica a problemática que gira em torno da tematização das cidades onde projetos midiáticos e especulativos são construídos com o objetivo de desenvolver uma cidade turística. Esse processo tem efeitos particulares em centros históricas e daí nos cabe pontuar as maiores questões:

- Uma perda da identidade arquitetônica original já que os estilos neocoloniais são muitas vezes drasticamente alterados em prol de uma arquitetura mais internacional (ARANTES, 2010).
- Os projetos de requalificação trazem novos usos e serviços para essas áreas que são amplamente voltados para o turista de classe alta e não se comunicam com a cultura local. Os terrenos diretamente modificados ou adjacentes são adquiridos estrategicamente por grandes incorporadoras imobiliárias de modo a recuperar individualmente a mais-valia da valorização da terra urbana que se dá devido ao investimento de cofres públicos (HARVEY, 2012).
- O aumento do valor da terra acarreta em uma série de modificações no custo de vida local na medida em que o aluguel se torna mais caro levando a um processo de gentrificação que expulsa os moradores originais responsáveis por manter aqueles espaço (ZUKIN, 2000).

Diante desses problemas, esse artigo tem como objetivo explorar os problemas mais significativos devido a tematização do centro histórico de São Luís, MA. Nós mostramos de que forma as políticas de desenvolvimento da cidade de São Luís promoveram o turismo e a tematização do patrimônio histórico o que contribuiu para o processo de descaracterização do centro histórico da cidade. A higienização trazida pelos planos de revitalização não necessariamente beneficiam o estado de conservação das edificações.

Nós ilustramos essa descaracterização através de análise de projetos e planos urbanos mais relevantes de atuação no patrimônio histórico do Centro desenvolvidos pelo Governo do Estado entre 1943 e 2020. Em especial, apresentamos a atuação da UNESCO na cidade ao designar o Centro Histórico como Patrimônio da Humanidade em 1997 e os efeitos que a denominação internacional trouxe para a cidade.

2.1. Caracterização do Centro Histórico de São Luis, MA

São Luís, capital do Estado do Maranhão e objeto de estudo deste trabalho, possui cerca de 1,1 milhão de habitantes (IBGE, 2010). O centro histórico da cidade, que se divide em tombamento estadual e federal que se complementam formando um rico, extenso e homogêneo conjunto arquitetônico colonial de influência portuguesa com exemplares do século XIX e algumas raras edificações do século XVIII (CORRÊA, 2001). O centro engloba um conjunto arquitetônico de 4 a 5 mil exemplares que constitui um conjunto urbano que possui a maior quantidade de exemplares de arquitetura civil colonial da América Latina (CORRÊA, 2001) (Figura 1).



Figura 1: Centro Histórico de São Luís com as suas principais edificações.

Fonte: GOOGLE EARTH (com edição dos autores), 2020.

O Palácio dos Leões (12) e o Convento das Mercês (18) são duas das maiores edificações do centro histórico da cidade. O primeiro foi construído para ser a sede do poder estadual. O segundo, fazia parte do acervo do Estado do Maranhão, já abrigou a sede do corpo de bombeiros e da polícia militar, foi doado à fundação José Sarney e posteriormente devolvido ao espólio do governo do Estado após decisão judicial, hoje, abriga a Fundação da Memória Republicana. Em 4 de dezembro de 1997, São Luís foi inscrita pela UNESCO na sua lista de Patrimônio Mundial, sob a justificativa de que o centro histórico da capital preserva características de uma cidade colonial portuguesa, adaptada às condições climáticas da América do Sul e preservou seu tecido urbano que integrou-se ao seu ambiente natural (UNESCO, 2015b).

Atualmente, a sua preservação ocorre primeiro, pela permanência de instituições com forte presença política na capital, como as faculdades estaduais de medicina e arquitetura, sede do Governo Estadual e Catedral. Além de outras repartições públicas, o movimento durante o dia gira em torno do Mercado Municipal, da chamada Rua Grande - sede do comércio popular central, e de outros equipamentos comerciais destinados a fomentar o turismo na região (BOTELHO, 2005).

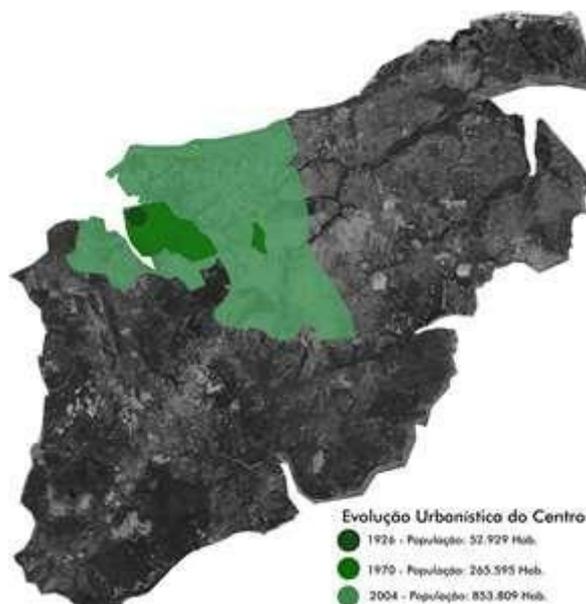


Figura 2: Evolução urbanística de São Luís.

Fonte: GOOGLE EARTH (com edição dos autores), 2020.

A aristocracia da cidade abrigava-se no centro histórico, mas a construção de uma ponte que ligou o centro a outra margem do Rio Anil permitiu que a cidade se desenvolvesse em outras direções (CORRÊA, 2001) (Figura 2). Com a formação de novos bairros destinados à classe média e com os processos contemporâneos de desenvolvimento urbano, ocorre a transferência desses domicílios para longe da região central (BOTELHO, 2005; BOGEA, 2007). As moradias existentes foram deteriorando-se, e em alguns casos desabaram ou foram transformadas em moradias coletivas (CORRÊA, 2001; G1, 2019).

3. Resultados e Discussão

3.1. Políticas de Preservação e Revitalização do Patrimônio em São Luís

O centro histórico de São Luís já foi alvo de dezenas de projetos intervencionistas e processos de tombamento que buscavam a sua preservação, a sua revitalização ou sua invenção, a depender da ótica do estudioso (SILVA, 2020; COSTA, 2017; LOPES, 2004).

Em 1939, a obra de alargamento da Rua Grande - principal rua de comércio popular da capital até os dias atuais - ocasionou a demolição da Igreja da Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos o que motivou os primeiros processos de tombamento federais na capital (LOPES, 2004). Em 1943, temos os primeiros registros de intervenções no patrimônio construído com a criação da Comissão do Patrimônio Artístico e Tradicional do Município. A comissão era composta por desembargadores, jornalistas e políticos que buscavam o apoio do poder público para tratar da preservação do patrimônio cultural e documentar todos os “edifícios, sítios e objetos” (*apud* LOPES, 2004 p.142).

No mesmo ano a comissão proíbe a demolição de edifícios dotados de mirantes ou revestidos de azulejos direcionando e influenciando a formação de uma identidade local que perdura até os dias de hoje (LOPES, 2004; SILVA, 2009). Posteriormente, ocorrem tombamentos isolados como a Fonte do Ribeirão em 1950. Mais tarde, inicia-se o tombamento de “conjuntos arquitetônicos e paisagísticos” (*apud* COSTA, 2017 p.215) como das praças Benedito Leite, João Lisboa, Gonçalves Dias e Largo do Desterro que ocorrem em 1955.

A atuação do IPHAN no tombamento do centro histórico se dá em dois momentos, o primeiro em 23 de dezembro de 1953 e outro posteriormente, em 13 de março de 1974, que englobou trechos dos bairros do bairro do Ribeirão, Praia Grande e Desterro (SILVA, 2020). Em 1973, o (PIRCHN) Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste restaura alguns edifícios (BOTELHO, 2005; COSTA, 2017). Os tombamentos federais terminam em 1974 com o registro do “conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís” (*apud* COSTA, 2017 p.215) que demarca o centro histórico de São Luís por meio da atuação de autoridades e órgãos estaduais em conjunto com o IPHAN (COSTA, 2017; SILVA, 2009;).

Em 1966 e 1973, a UNESCO envia dois arquitetos para propor novos tombamentos e a realização de diagnósticos na capital do Maranhão. Os trabalhos de diagnóstico e orientação realizados pelos arquitetos nunca foi executado, mas influenciaram as decisões para a preservação do centro histórico e a tematização do espaço (ESPÍRITO SANTO, 2009; COSTA, 2017). Isso se tornou claro com as propostas apresentadas nos anos seguintes que almejavam ressaltar valores estéticos e desenvolver o potencial turístico. Esse momento foi pivotal ao demonstrar como as questões patrimoniais passam a ser discutidas como estratégia de resgate de uma identidade nacional, pauta importante durante o governo militar.

Com a eleição de José Sarney, as discussões iniciadas com o PIRCHN tomam forma através de obras de infraestrutura urbana, construção de escadarias (simbólicas para o centro histórico), 10 mil m² de prédios restaurados e implementação de novos equipamentos culturais como a Fundação da Memória Republicana - posteriormente denominada de Fundação José Sarney (BOTELHO, 2005; COSTA, 2017) (Figura 3).



Figura 3: Escadaria do centro histórico.

Fonte: Arquivo Pessoal.

As intervenções apesar de serem numerosas, eram pontuais. O Estado do Maranhão só iria realizar o seu processo de tombamento em 6 de março de 1986, considerando uma área de preservação mais extensa e que contemplava cerca de 2.500 imóveis. Com o Plano Diretor Urbanístico, ocorreu a divisão do tombamento do centro em duas partes, a ZPH (Zona de Proteção Histórica) e a ZPH 2, a primeira abrangendo tanto a área de tombamento federal quanto estadual e a segunda responsável por delimitar a área de entorno de proteção (*Apud*, BOTELHO, 2005) (Figura 4).

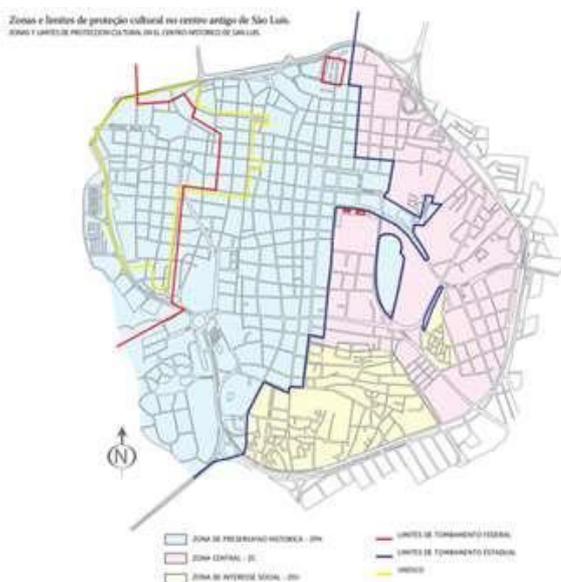


Figura 4: Mapa da Região central de São Luís e as etapas de tombamento.

Fonte: LOPES, 2008, p. 46.

As maiores modificações ocorreriam de fato a partir de 1988 já sob o governo de Epiácio Cafeteira, com a mudança da nomenclatura do projeto, que passa a se chamar então de Projeto Reviver e se torna a marca do governo (COSTA, 2017; SILVA, 2009). As intervenções deste projeto foram realizadas a nível estadual onde recuperou-se a infra-estrutura urbana, a rede subterrânea de energia elétrica e telefonia, alargou-se calçadas conforme documentação fotográfica e descobriu-se uma galeria subterrânea de mais de 200 anos de existência.

Todo esse contexto representou uma significativa melhora nos aspectos físicos e no contexto urbano do centro histórico (SILVA, 2009). No entanto, o conjunto de políticas se concentrou em gerar usos atraentes para turistas e não foi suficiente para resolver os problemas complexos existentes e promover a reocupação do centro, principalmente no que se trata de uso residencial (MOTA ET AL., 2017).

3.2. A atuação da UNESCO em São Luís

As medidas patrimoniais atingem seu ápice em 1997 com a inclusão do centro histórico de São Luís na lista de patrimônio mundial (SILVA, 2009; FOLHA, 1997). Segundo a UNESCO, os patrimônios mundiais são locais com Valor Universal Excepcional por atingirem critérios de integridade (ligados ao nível de preservação) e autenticidade (ligados à representação adequada de uma condição histórica). Esses valores são estabelecidos a partir de uma avaliação crítica de cada artefato ou paisagem de acordo com 10 critérios e indicam que o local exemplifica uma cultura específica e faz parte do conjunto histórico e cultural da humanidade como um todo. A denominação visa identificar patrimônios e promover o planejamento futuro de modo a preservar e transmitir valores culturais e construídos para gerações futuras (UNESCO, 2015a).

Para entrar na lista de patrimônio mundial, o sítio tem que ser avaliado e atingir critérios de avaliação definidos pela UNESCO. O Centro Histórico de São Luís contempla três critérios como detalhados a seguir: por prestar um testemunho excepcional da civilização colonial portuguesa; adaptada às condições climáticas da América do Sul equatorial; e que preservou seu tecido urbano, harmoniosamente integrado ao seu ambiente natural, em um grau excepcional (UNESCO, 2015b) (Figura 5).



Figura 5: Caracterizando o centro histórico de São Luis.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

No dossiê que foi enviado para a pleitear a inscrição, defendeu-se a “qualidade do traçado urbano, sua fidelidade ao plano inicial, [...] o caráter excepcional do conjunto urbano que ele representa que justifica sua proposição como patrimônio mundial” (IPHAN, 19XX p.20). O parecer da UNESCO corrobora essas afirmações como é visto na página que descreve a paisagem histórica de São Luís e na Figura 6:

"A singularidade das técnicas de construção empregadas é expressa na elegância do azulejo tradicional português, aplicado tanto como isolamento quanto como decoração; no uso modulado de espaços ocupados e vazios, reforçados por cantaria trabalhada; e no nítido contraste entre a densa ornamentação das fachadas que se estendem sobre as ruas e os alpendres que se abrem de um lado para o outro em pátios interiores, alinhados por uma série contínua de venezianos, treliças e molduras (UNESCO, 2015b)."



Figura 6: Azulejos ainda presentes nas fachadas.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

A atuação da UNESCO em muitos sítios históricos mundiais é desejada por nações como parte de uma agenda desenvolvimentista que vê na designação de patrimônio mundial uma oportunidade de criar um atrativo internacional (MOTA ET AL., 2017). Essa expectativa foi expressa pelo IPHAN indicando que, ao atingir a categoria de Patrimônio Mundial, o local iria receber inúmeros benefícios como acesso a auxílio financeiro, novas possibilidades de financiamento, intercâmbio entre profissionais e inclusive possibilidade de cursos que auxiliem os gestores. Por fim, a designação é vista como forma de atrair turistas e obtendo retorno econômico, fortalecendo a cidade sob a ótica mercadológica (IPHAN, 2016).

O patrimônio arquitetônico é marketizado para criar uma nova imagem de cidade de modo a aumentar o potencial turístico e extrair novo valor econômico ao atrair visitantes que estimulam a economia. No entanto, os ganhos obtidos com essas intervenções não são claros. Um estudo apresentado sobre o centro de São Luís analisou o fluxo de turistas na cidade para os anos de 2010 e 2015 com o objetivo de identificar os fatores que influenciaram os viajantes a visitarem a cidade. As conclusões, apesar de incompletas, demonstram que a designação de Patrimônio Mundial não contribuiu para o aumento de fluxo nacional e internacional de visitantes e questiona a eficácia da marca UNESCO para promover o turismo (MOTA ET AL., 2017).

A ascensão à categoria também desencadeia uma série de problemas como a necessidade de articular os interesses a nível local, regional e internacional para apresentar relatórios para a UNESCO (IPHAN, 2016). A possível atração de novos turistas desencadeia uma série de problemas como especulação imobiliária e conseqüentemente a tematização do espaço. Outro problema observado é ligado

ao aumento dos custos de locação também em virtude da popularização de aplicativos de aluguel que cobram por diárias. Muitas vezes esse modelo de negócio de diárias para turistas é mais vantajoso do que a locação mensal para moradores, gerando rendas para proprietários já privilegiados em detrimento de hotéis que contribuem com mais empregos e impostos (BIVENS, 2019).

4. Considerações Finais

4.1. A Nova Política Histórica em São Luís

O histórico apresentado anteriormente ilustra um processo incremental e demorado para estabelecer uma consciência sobre o patrimônio e sua relevância para a cidade como um todo. Devemos destacar a preeminência do governo estadual na gestão e implantação de todos os projetos de revitalização. Desde cedo, esta se tornou uma tarefa capitaneada pelo poder público estadual, com o governo federal (através do IPHAN) e o municipal vindo a reboque.

Também são marcantes as intervenções realizadas pelo “Projeto Reviver” no final da década de 80 que reacenderam o interesse do poder público pelo centro histórico que viu o projeto como potencial vitrine de uma oligarquia. O projeto tinha como intuito propiciar uma experiência turística única e higienizar o espaço para “resgatar a paisagem do início do século” (CAFETEIRA, 2003 p. 61). O discurso era de que os casarões tinham virado “antro de marginais” (CAFETEIRA, 2003 p.88) . As estratégias de marketing aliadas ao projeto foram tão marcantes que até hoje a população da cidade se refere ao centro histórico como “Reviver” e diversos trabalhos retratam o espaço como um local cheio de turistas e distante da população da cidade (CORRÊA, 2001; SILVA, 2008) (Figura 7).



Figura 7: Catedral de São Luís com a placa que evidencia o turismo ao lado de ambulantes.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

O ápice dessa visão se deu com a candidatura e subsequente inclusão do centro histórico na lista de patrimônio mundial da UNESCO. Como resultado do processo de revitalização que se sucedeu, observa-se a Disneyficação do centro através da modificação do modo de vida do espaço que dotou-se de novas memórias abrigando casas de show, bares, lanchonetes, boates e uma proliferação de estacionamentos. O ato de viver no centro e experienciar a memória como um estilo de vida do morador de São Luís foi substituído por novos usos da indústria turística. No entanto, a Disneyficação que se estabeleceu deixa o centro em uma espécie de "limbo": sem ser totalmente valorizado pela população local enquanto fica na esperança de se tornar um sítio histórico de relevância global.

A suspensão de atividades turísticas com a pandemia de COVID-19 no mundo todo esvaziou o centro histórico de São Luís, causando prejuízo aos estabelecimentos locais que dependiam do fluxo externo para se manter (Figura 8). Os impactos econômicos poderiam ter sido aliviados caso as opções de usos no centro fossem mais diversas e também permitissem que a população local pudesse se apropriar do espaço. Diante das críticas com relação aos impactos da higienização e da gentrificação, verifica-se que são necessárias estratégias para incorporar os moradores na formação da identidade do espaço e aos processos de revitalização do centro para enriquecer o centro histórico (WAISMAN, 2013).



Figura 8: Restaurante aberto com o centro histórico vazio.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

Diante disso, as mudanças recentes advindas com o plano "Nosso Centro" iniciado em 2019, mostram um momento pivotal na estratégia patrimonial adotada pela cidade. O programa visa atuar em diferentes eixos, habitacional, tecnológico, cultural e turístico, comercial e gastronômico e institucional para tornar o centro referência em desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural (MARANHÃO, 2020).

O que se entende com as ações do plano, é uma tentativa da gestão atual de unificar as intervenções no Centro Histórico através de uma política pública

participativa e democrática. A implementação do programa iniciando pelo eixo habitacional, demonstra uma preocupação com o impacto social que as intervenções podem gerar. Auxílios destinados à famílias de baixa renda residentes no centro histórico visam prover assistência técnica para reformar, ampliar ou melhorar suas condições habitacionais (MARANHÃO, 2019). Essa política pública, permite que o centro histórico sofra gentrificação sob a justificativa da renovação urbana, além de permitir que seja ocupado por diferentes faixas de renda, não tornando-o um gueto urbano.

Embora ainda em fase de implantação, o Nosso Centro, indica que pode haver uma mudança de paradigma em São Luís onde o espaço do Centro seja reapropriado pelo maranhense. Fazer a gestão integrada do centro histórico, é imprescindível para mitigar os impactos das intervenções passadas, além de possibilitar a discussão multidisciplinar para enriquecer as soluções adotadas.

5. Referências

ARANTES, P. F. **Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma**. 308f. São Paulo, SP. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. 2012.

ARANTES, O. B. F. **Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. 1998. Edusp. 224p.

BOGÉA, K. S., BRITO, S. R. S.; PESTANA, R. G. **Centro Histórico de São Luis: Patrimônio Mundial**, São Luís, 2007.

BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. *Revista Eure*, v. 31, n. 93, p. 53-71, 2005. SILVA, J. R. C. O processo de patrimonialização do centro antigo de São Luís: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. **Anais dos Simpósios da ANPUH**. In: XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009a.

CAFETEIRA, E. **Reviver**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

CARVALHO, P. F. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: Yazigi, E. et al. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, A. F. **Vilas, Parques, Bairros E Terreiros: Novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís**. 258f. São Paulo, SP. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.

ESPÍRITO SANTO, J. M. Plano municipal de gestão: a revitalização do centro histórico de São Luís. In: VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. (Orgs.).

Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2009.

HARVEY, D. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution.** Nova York: Verso Books, 2012.

KOOLHAAS, R. **Três Textos sobre a Cidade – 2.ed.** 2014. São Paulo: GG. 111p.

LEITE, R. P. **Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.** UNICAMP / UFS: Campinas / São Cristóvão, 2007.

LOPES, J. A. V. **Capital Moderna e Cidade Colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MARANHÃO. **Cheque Minha Casa muda realidade de famílias da região do Nosso Centro.** 2020. Disponível em: <https://secid.ma.gov.br/2020/01/21/cheque-minha-casa-muda-realidade-de-familias-da-regiao-do-nosso-centro/>. Acesso em: 03 Julho de 2020.

MEIRA, A. L. G. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14319>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MOTA, M.; GUERREIRO, M.; PINTO, P. **The World Heritage Brand and Tourism: An Approach to the Historic Centre of São Luís, Brazil - Heritage Tourism Marketing. Tourism and History, World Heritage – Case Studies of Ibero-American Space.** p. 287-311, 2017.

PAIVA, R. A. O turismo e os ícones urbanos e arquitetônicos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 107-123, 2014.

SILVA, G. P.; FERETTI, S. F.; SETTE, E. Gentrificação e Políticas de Revitalização nos Centros Históricos no Brasil: Processos que Levam ao Déficit Habitacional. **Revista de Políticas Públicas de São Luís**, v. 12, n. 2, p. 83-91, 2008.

IPHAN. **Centro Histórico de São Luís (MA).** Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>. Acesso em: 20.06.2020.

IPHAN. **Gestão do Patrimônio Mundial natural.** Brasília: UNESCO Brasil, 2016. 107 p. (Manual de referência do Patrimônio Mundial).

IPHAN. 19XX. **Dossie UNESCO: Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20SAO%20LUIIS_pt.pdf. Acesso em: 21.06.2020.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada.** São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000

SILVA, J. R. C. Políticas públicas no centro histórico de São Luís: as etapas do processo de intervenções urbanísticas. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2009b.

UNESCO. 2015a. **World Heritage Centre. Historic Centre of São Luís**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/821>>. Acesso em: 22.06.2020.

UNESCO. 2015b. **World Heritage Centre. The Criteria for Selection**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/criteria/>>. Acesso em: 22.06.2020.

UNESCO. 1997. **Decisão CONF 208 VIII C. Inscrição: Centro Histórico de São Luís (Brasil)**. Disponível em <http://whc.unesco.org/fr/decisions/?id_decision=2869&>. Acesso em: 20.06.2020.

WAISMAN, M. **O interior da história**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, A. A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas, Papyrus, 2000.